

TELECOM TELECOM .com

Boletim da Área de Telecomunicações

As lições do Japão sobre contingência nas comunicações



Pellon
& Associados
A D V O C A C I A

Notícias

[Anatel anuncia fórum com consumidor para avaliar serviços](#)

[Estados devem aderir isenção de ICMS para banda larga até julho](#)

[TCU adia cautelar contra decisões da Anatel sobre TV a cabo](#)

[GVT inicia oferta de TV paga em 2011, avisa presidente da Cia](#)

[3 ferramentas essenciais para avaliar o que bomba no Twitter](#)

[Governo pede à Abinee e Eletros relatório de impacto da crise japonesa nos eletrônicos brasileiros](#)

[Anatel aprova novas faixas para TV por assinatura via satélite](#)

[Brasil e Argentina assinam acordo para massificar banda larga](#)

JURISPRUDÊNCIA

TELECOM .COM

Publicação do Escritório
Pellon & Associados Advocacia

Luís Felipe Pellon
Fundador e Membro do Conselho
lfpellon@pellon-associados.com.br

Darcio Mota
Membro do Conselho,
Responsável pela filial SP
darcio.mota@pellon-associados.com.br

Leonardo Cuervo
Membro do Conselho
Superintendente da Área Telecom
leonardo.cuervo@pellon-associados.com.br

Produção gráfica
Assessoria de Comunicação:
Mônica Grynberg Cerginer

As opiniões expressas nos artigos assinados, bem como o serviço de Clipping (elaborado originalmente por outros veículos) são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião do Escritório Pellon & Associados.

Imagens retiradas da internet, de domínio público.

A reprodução de qualquer matéria depende de prévia autorização.

Japão

“Sem telefonia celular ou infraestrutura cabeada de voz e dados, os residentes de localizações mais remotas não têm maneiras de alcançar os parentes para um contato ou pedido de ajuda.”



Pellon
& Associados
A D V O C A C I A

© 2011 Pellon & Associados Advocacia
Todos os direitos reservados

Anatel anuncia fórum com consumidor para avaliar serviços

Agência promove a partir de abril encontros pelo País para estimular sociedade a participar da resolução dos Problemas do setor de telecom

Com o objetivo de promover o fortalecimento da participação social no processo de regulação dos serviços de telecomunicações, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) realizará, a partir de abril, uma série de encontros em todo o País intitulado "Fórum Alô, Brasil! Estimular e fortalecer a participação social nas telecomunicações".

O evento está previsto para acontecer nas capitais dos estados e terá duração de um dia. A primeira parte será dedicada a esclarecimentos sobre o papel da agência e suas ações com vistas à melhoria da qualidade do atendimento e da prestação dos serviços por parte das operadoras dos serviços de telecomunicações. Também haverá espaço para os Organismos de Defesa dos Direitos do Consumidor (ODCs) apresentarem os principais problemas da região em relação ao setor.

As lições do Japão sobre contingência nas comunicações

Alternativas podem passar por telefones por satélite, rádios bidirecionais de comunicação e até mesmo rádios FM a pilha.

Os terremotos e tsunamis que atingiram parte da costa japonesa tiveram diversas consequências para a infraestrutura e para os cidadãos do país. As informações sobre esses incidentes só chegaram até alguns residentes por meio de aparelhos portáteis de rádio FM, que funcionam a pilha, já que muitas redes já estavam fora do ar antes que os efeitos chegassem a alguns locais. Sem telefonia celular ou infraestrutura cabeadas de voz e dados, os residentes de localizações mais remotas não têm maneiras de alcançar os parentes para um contato ou pedido de ajuda. Obter informações sobre outros terremotos, tsunamis ou danos em usinas nucleares se tornaram muito difíceis ou impossíveis de serem obtidos, de acordo com diversos relatórios.

O segundo momento será dedicado a debates de temas específicos, como a publicidade dos planos e a cobrança dos serviços prestados, para os quais serão convidados representantes das operadoras e dos ODCs.

Ao final dos trabalhos, propostas para a solução dos problemas serão examinadas. A expectativa é que também associações de moradores, associações comerciais e industriais, universidades, estudantes e os próprios usuários se mobilizem e contribuam para o enriquecimento das discussões.

O fórum será gratuito e aberto a todos os interessados. As primeiras cidades que devem receber o "Fórum Alô Brasil!" são Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Palmas (TO), Salvador (BA), Teresina (PI), São Paulo (SP) e Florianópolis (SC). A agenda está sendo finalizada e deve ser divulgada até o final de março. Além de promover o fortalecimento da participação social no processo de regulação, a realização do "Fórum Alô, Brasil!" busca atender a algumas ações propostas no Plano de Ação Pró-Usuários dos Serviços de Telecomunicações, com destaque para intensificar a atuação da Anatel junto às prestadoras com vistas à melhoria da qualidade dos serviços de telecomunicação na visão do consumidor.

Fonte: Computerworld

Os problemas acendem alertas em outros países com áreas costeiras sujeitas a desastres. Mas mesmo sabendo da possibilidade, é impossível se preparar para desastres da magnitude do terremoto japonês. "Mesmo que operadoras de telecomunicações digam o contrário, haveria um grande colapso se o evento fosse em qualquer outro local", avalia o analista Jack Gold, sócio da consultoria J. Gold Associates.

Mesmo em desastres norte-americanos de tamanhos incomparavelmente menores, como o ataque terrorista às torres gêmeas de 11 de setembro de 2001 ou a devastação da região do Golfo do México pelo furacão Katrina, demorou dias ou até semanas para que fosse restaurado o funcionamento normal das redes de telecomunicações. "Esses eventos fizeram com que as operadoras norte-americanas melhorassem seus planos de recuperação de desastres, com mais estruturas, backups e redundância, mas nada disso seria suficiente para manter a integridade das redes no terremoto que assolou o Japão", pontua o analista da Gartner, Philip Redman. Por Matt Hamblen, da Computerworld-EUA. Fonte: Idgnow.uol.com.br

Estados devem aderir isenção de ICMS para banda larga até julho

O coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Carlos Marques, disse hoje que os governos estaduais devem aderir à iniciativa de isentar os serviços de conexão à internet banda larga da cobrança de ICMS até julho. A condição imposta pelos secretários de Fazenda dos Estados, que integram o conselho, é que haja repasse integral da desoneração às faturas pagas pelos usuários.

Marques esteve reunido com o secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Cesar Alvarez, para tratar da desoneração. Está é uma das propostas do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) para reduzir o custo do serviço. De acordo com o PNBL, o preço da conexão à internet, com velocidade mínima de 512 Kilobits por segundo (Kbps), deve cair de R\$ 35 para R\$ 29, caso os Estados deixem de cobrar o ICMS. Na tentativa de costurar um acordo com o Confaz, o governo criou um grupo de trabalho formado por representantes do próprio conselho, do Ministério das Comunicações, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e das prestadoras do serviço banda larga. Segundo Marques, não será possível discutir a desoneração da banda larga já na próxima reunião do conselho, marcada para o dia 1º de abril. Entretanto, o tema deve ser tratado no encontro seguinte, que ocorrerá três meses depois, possivelmente entre de junho ou julho. “É possível que neste Confaz (referindo-se à reunião seguinte) a gente possa apresentar um convênio com a adesão de todos os Estados e, ao mesmo tempo, um acordo de cooperação técnica com Ministério das Comunicações e Anatel”, afirmou o coordenador do Confaz, que também é secretário da Fazenda na Bahia.

Marques considera importante a colaboração técnica tanto do ministério como da Anatel para garantir que o serviço seja entregue na qualidade (velocidade de conexão) pretendida e com os ganhos da desoneração repassados integralmente aos consumidores. Ele lembrou ainda que somente três governos (Pará, São Paulo e Distrito Federal) aderiram ao Convênio 38, estabelecido pela instituição, e praticam a isenção do ICMS sobre banda larga. O coordenador do Confaz ressaltou que a resistência dos Estados está principalmente na insatisfação com as manobras contábeis das prestadoras. Ele destaca que as companhias fazem uso do “planejamento tributário” para se esquivar da obrigação de pagar ICMS. “Na nota fiscal, 85% do serviço é classificado como aluguel do modem e somente 15% é do serviço de telecomunicação. A lógica disso é simplesmente escapar da tributação do ICMS”, disse Marques ao exemplificar um dos casos vivenciados pelos Estados. Outro ponto de insatisfação dos secretários de Fazenda, de acordo com Marques, diz respeito ao alto volume de dívida

ativa que as empresas de telecomunicações acumulam com os Estados. Ao citar o exemplo da Bahia, ele disse que 8% do volume total de R\$ 11 bilhões acumulados de dívida ativa pelo Estado estão relacionados à cobrança de ICMS dos serviços de telecomunicações que são questionados na Justiça. Fonte: Rafael Bitencourt | Valor

TCU adia cautelar contra decisões da Anatel sobre TV a cabo

Foi indicado um novo relator para o processo, ministro Walton Alencar Rodrigues. A medida cautelar que o Tribunal de Contas da União (TCU) editaria paralisando as medidas adotadas pela Anatel para abertura do mercado de TV a cabo ainda não tem definição. O processo, que estava sendo relatado pelo ministro José Jorge, foi transferido para o ministro Walton Alencar Rodrigues, que ainda está examinando a matéria. Segundo informações do gabinete do ministro Walton Rodrigues, a transferência do processo deve ter ocorrido porque as matérias referentes à Anatel e que deram entrada este ano, serão examinados por ele. Mas, informa o assessor, como o projeto está relacionado com outro contra a Anatel e que está sob a relatoria do ministro José Jorge, é possível que seja devolvido. No site do TCU a relatoria da matéria ainda está atribuída ao ministro José Jorge. Há especulações de que o tema, ao despertar tantas críticas, virou uma “batata quente”, que todos querem passar adiante.

O processo teve origem em representação oferecida pelo Ministério Público junto ao TCU, com pedido de medida cautelar, acerca de possíveis irregularidades na outorga de novas concessões de serviço de TV a cabo, promovidas pela Anatel. O principal argumento contra a cautelar é de que os atos da agência ainda não beneficiaram qualquer outorga do serviço. Para reverter o quadro de escassez de oferta do serviço de TV a cabo, o conselho diretor suspendeu a eficácia, em maio do ano passado, em caráter cautela, do planejamento de implantação do Serviço de TV a Cabo. Este planejamento ainda era do ano de 1997, e foi formulado pelo Ministério das Comunicações e fazia reserva de mercado ao contrário. Limitava o número de licenças de TV a cabo nas grandes cidades e capitais. Em 25 de novembro, o conselho diretor aprova o novo Planejamento do Serviço de TV a Cabo e MMDS, acabando com a limitação ao número de licenças. Em 20 de janeiro deste ano, o conselho toma uma outra decisão em direção a liberação desse mercado e estabelece o preço de R\$ 9 mil reais pela licença. Na representação, o MPF alega que o serviço de TV a cabo, regido pela Lei Geral de Telecomunicações e por lei própria, não pode ser objeto de medidas como as adotadas pela Anatel. Mas essa interpretação é controversa. Fonte: www.telesintese.com.br

GVT inicia oferta de TV paga em 2011, avisa presidente da Cia

A estratégia da operadora é oferecer uma solução híbrida, envolvendo satélite e banda larga, independente da aprovação do PL 29.

Depois do movimento de consolidação no mercado brasileiro de telecomunicações, o próximo passo do setor será a disputa pelos serviços de TV paga. O que tende a gerar uma nova onda de investimentos e de fusões entre as teles. A opinião é do presidente da operadora GVT, Amos Genish, que pretende se antecipar para essa mudança. Ele informa que pretende entrar em breve na área de televisão por assinatura, considerada uma das prioridades da empresa para 2011, juntamente com sua expansão para o mercado paulista e fluminense.

Genish afirma que não deve esperar a aprovação do PL 29, como ficou conhecido o projeto de Lei que tramita no Senado, com o intuito de autorizar as operadoras de telefonia a prestar serviços de TV por assinatura. Mas ele acredita que as novas regras causarão uma grande mudança no setor de telecomunicações. "Todos vão competir nesse mercado e acho que será a próxima onda de investimentos", prevê o presidente da GVT, controlada pelo grupo francês Vivendi. Embratel, Oi e Telefônica já têm empresas para operar TV paga, mas esse serviço ainda tem baixa penetração no Brasil, e segundo a GVT, oferece pouca diferenciação. Por acreditar que o segmento abre uma janela de oportunidade, a companhia decidiu se preparar para lançar sua oferta até junho de 2011.

O modelo que a operadora vai adotar é uma solução híbrida, que usa o satélite para broadcasting de TV e banda larga para serviços interativos, independente da aprovação do PL 29. Para operar, a empresa precisará apenas de uma licença da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de Direct to Home (DTH), para transmissão de TV por satélite, que segundo Genish, leva no máximo 90 dias para ser expedida. Para se diferenciar da concorrência, a GVT pretende aproveitar a experiência de sua controladora Vivendi para entregar uma oferta diferenciada. "Vamos oferecer TV por assinatura inovação e interação. As pessoas vão poder assistir um show que passou na programação em até 30 dias e voltar a hora que quiserem", explica o executivo.

Investimentos - Quando questionado sobre a estratégia da GVT para competir com os grandes grupos na oferta de soluções convergentes, Genish admite que o desafio tende a ser maior. "Mas sempre competimos com operadoras grandes e não as novas mudanças do mercado não nos assustam", observa. Ele admite, no entanto, que a consolidação vai exigir um esforço maior. Para tanto, a empresa ampliou os investimentos de 1,1 bilhão de reais previstos para 2010, para 1,5 bilhão de reais - dos quais, 500 milhões de reais provenientes de uma linha de crédito aberta pela Vivendi. Uma parte desses recursos vai financiar a ampliação da companhia no mercado nacional, com entrada da operadora em novos mercados. Entre as geografias prioritários estão São Paulo e Rio de Janeiro com o lançamento dos serviços de telefonia fixa para o segmento de varejo, que inclui o assinante doméstico e pequenos e médios negócios.

O primeiro passo para estreia no mercado paulista foi dado com a abertura dos escritórios em Sorocaba e Jundiaí. Ao longo do ano, a empresa pretende chegar a outras cidades e prevê sua entrada na capital de São Paulo em 2011. "Vamos explorar primeiro o interior e a Grande São Paulo, para depois chegar à capital, que é praticamente um País", compara Genish.

Até o final do ano a empresa marca presença com serviços para o varejo também no interior do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que busca novos mercados, a GVT também está ampliando cobertura em sua região de origem, no Sul e Centro-Oeste do País. O objetivo da operadora conquistar mais nove praças até o segundo semestre de 2011, passando das atuais 92 para 101 cidades. A arma da empresa para competir com Telefônica em São Paulo e aumentar a disputa com a Oi com são serviços convergentes. A banda larga é seu maior apelo oferecida em ultra velocidade que chega até 100 Mbps. Hoje mais da metade dos assinantes já contrata conexões acima de 10 Mbps e para ampliar a base, a GVT passa a oferecer nos próximos meses a possibilidade de os usuários receberem áudio de shows de artistas da Universal. Além de concorrer a convites para shows, eles poderão participar de chats com suas bandas preferidas e receber mensagens deles. O objetivo, segundo, Genish é ser um operadora de conteúdo e não apenas de infraestrutura. Com todo esse esforço, boa parte da receita da GVT vem do segmento de varejo, que hoje representa 75% do faturamento da companhia. Porém desse total, 25% são pequenos negócios e 50% serviços prestados aos assinantes domésticos. Grandes corporações respondem pelos 25% restantes dos contratos da empresa. Fonte: Computerworld

3 ferramentas essenciais para avaliar o que bomba no Twitter

Por Network World/EUA

Meça sua reputação, descubra as palavras que ainda aparecerão nos trending topics e veja a popularidade de termos nos últimos meses. Digamos que, por exemplo, você se interesse por tendências sociais. Um grande lugar para procurá-las é o Twitter e, melhor ainda, há um serviço que exibe a popularidade do termo que você digitar. Chama-se Trendistic.

Basta escrever a palavra desejada e selecionar o período contemplado – 24 horas, uma semana, um mês, 120 dias – e pronto: um gráfico com a sua popularidade nos últimos tempos será mostrado. Líbia, por exemplo, começou a ser mais citada a partir de 15/02, e o número vem caindo desde o pico ocorrido em 21/02 e 22/02. Infelizmente, o Trendistic não é capaz de comparar um termo a outro; por isso, minha nota a ele fica em 3, sendo 5 o máximo possível.

Tendências - Claro, para saber o que pesquisar no Trendistic, é importante se informar sobre o que tem recebido destaque na rede. Por mais que o Twitter tenha o trending topics para isso, há serviços que fazem um trabalho melhor. Um deles é o What the Trend. A ferramenta usa crowdsourcing (colaboração dos usuários) para pesquisar o Twitter. Ao submeter tendências que você julga importante e avaliar as aquelas submetidas por outras pessoas, você ajuda a determinar a importância delas e melhorar sua reputação. Basta, também, seguir o @wtt para ver em tempo real o que está em ascensão.

A quem precisa de algo mais avançado, o WTT oferece um serviço pago, que exibe em tempo real os termos que deverão se destacar em breve. Custa 450 dólares por mês. Ainda assim, mesmo na versão básica, o What the Trend merece nota quatro.



Reputação - Até aí, tudo bem. Você tem uma boa ideia do que está na passando na cabeça das pessoas, mas falta algo. Afinal, como está o seu desempenho nas redes sociais? Para ter uma Avaliação, experimente o twentyfeet.com. Ele analisará suas contas no Twitter, Facebook, MySpace, YouTube, bit.ly e Google Analytics, e dará um veredito quanto à relevância – ou a falta de – que você tem nas mídias digitais.

No caso do Twitter, o Twentyfeet verificará sua reputação - número de seguidores, número de seguidores perdidos nos últimos meses e quantidade de listas em que seu perfil está presente -, influência (quantas vezes seu nome foi mencionado ou suas mensagens foram retuitadas) e a popularidade dos links bit.ly que você criou ou propagou. Todos os resultados são mostrados em gráficos, que podem ser baixados para Excel ou compartilhados a partir das próprias redes sociais. Deve ser interessante receber uma avaliação sobre seu desempenho online e dividi-lo com seus amigos e seguidores. E será ainda mais marcante caso tal divulgação se torne um tópico de discussão.

Você pode inserir uma conta do Twitter e outra do Facebook para serem monitoradas. Para inscrever mais, é preciso pagar 2,49 dólares por ano – antes de decidir pela assinatura, você pode testar o recurso por 30 dias. Meu único problema com o Twentyfeet é que mesmo depois de seis horas, ele ainda não terminou de analisar meu perfil no Facebook. Talvez isso seja um bom sinal. O aplicativo seria mais útil se também suportasse o LinkedIn, e se apresentasse um panorama geral de sua presença online, explicitando as diferenças e as semelhanças de seu desempenho nas diversas redes sociais. Ainda assim, o Twentyfeet merece 4,5.(Mark Gibbs)

Governo pede à Abinee e Eletros relatório de impacto da crise japonesa nos eletrônicos brasileiros

O governo já mobiliza o setor para saber os impactos da crise japonesa na produção local de aparelhos eletrônicos, visto que a maioria dos chips usados aqui vem da ásia

O governo pediu que as duas entidades que congregam a indústria de eletroeletrônicos (Abinee) e bens de consumo digital (Eletros) enviem ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e ao Ministério das Comunicações relatórios sobre os impactos da crise japonesa sobre a produção dos produtos eletrônicos - como computadores, celulares, erbs e aparelhos de TV e rádio no Brasil. Fontes do Palácio do Planalto informam que nos primeiros contatos feitos com a indústria aqui instalada apontam que o colapso na economia japonesa não deverá afetar muito a produção local desses equipamentos. Segundo as fontes do governo, China e Twain são os países responsáveis pelo maior volume de importações de chips do Brasil. Mas há importação de componentes japoneses, principalmente para a produção de aparelhos de TV digital.

A dependência da indústria local por chips e semicondutores importados é histórica. Conforme os dados da Abinee, no ano passado, o déficit na balança comercial com a importação de componentes alcançou R\$ 18,3 bilhões - dos quais R\$ 4,53 bilhões foram para a indústria de telecom, R\$ 3,35 bilhões para a de informática e R\$ 4,46 bilhões em semicondutores. Desse montante, 63% foram comprados dos países asiáticos.

A catástrofe ambiental japonesa, que parou a economia, fez, por exemplo, que a fábrica de chips da Toshiba parasse de produzir semicondutores por quatro dias. E o governo brasileiro estava negociando com esta fabricante, ainda dentro do pacote do padrão nipo-brasileiro de TV digital, de ser instalada no Brasil uma fabless (fábrica de testes de chips para nichos de mercado). Com o desastre no Japão, não se sabe como ficarão as negociações, que poderão, por outro lado, avançar para a instalação da própria fábrica de foundry (aquele que queima os chips em milhares de unidades), já que as condições ambientais brasileiras não trazem qualquer risco. Fonte: Telesíntese

Anatel aprova novas faixas para TV por assinatura via satélite

Agência está destinando subfaixas de radiofrequência para distribuição desse serviço para ampliar competição no setor.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou a destinação adicional das subfaixas de radiofrequência de 12,2 GHz a 12,7 GHz e de 17,3 GHz a 17,7 GHz para uso, em caráter primário, por serviços de TV por assinatura que utilizem rede de satélite, observada a atribuição da faixa.

Segundo a agência, essa alteração está alinhada ao Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR) e possibilita ampliar a competição na prestação do Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite - DTH (do inglês, Direct to home).

As subfaixas de 12,2 GHz a 12,7 GHz estavam destinadas ao Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (Sarc), em caráter primário. Já as subfaixas de 17,3 GHz a 17,7 GHz não possuíam destinação. Fonte: Computerworld



Brasil e Argentina assinam acordo para massificar banda larga

Os governos do Brasil e da Argentina assinaram hoje (31), em Buenos Aires, um plano de ação conjunta para cooperação bilateral com objetivo de massificar o acesso à internet em banda larga até 2015 nos dois países, por meio da melhoria na qualidade de conexão e ampliação da disponibilidade do serviço. Ao lado da presidente da Argentina, Cristina Kirchner, a presidente brasileira, Dilma Rousseff, afirmou que fez questão de eleger o país vizinho como destino para a primeira viagem internacional por considerar que Brasil e Argentina são cruciais para transformar “o século 21 em século da América Latina”. O acordo assinado prevê a implantação de dutos para a passagem de cabos e fibra ótica entre os dois países, a integração das estatais de telecomunicações brasileira e argentina (Telebras e Arsat), a associação estratégica na produção de equipamentos e a troca de informações sobre programas e políticas na área industrial que ampliem o acesso a equipamentos.

Os dois países também devem desenvolver em conjunto conteúdos digitais e interativos e trabalhar em parceria para definir mecanismos de financiamento e acesso a crédito para projetos estratégicos na área sejam públicos ou privados.

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, que integra a comitiva presidencial que está na Argentina, destacou que o acordo garante o desenvolvimento integrado de políticas na área do acesso à internet e a novas tecnologias. Também foi estabelecida a intenção de criar um Conselho de Alto Nível, que será integrado, do lado brasileiro, pelo Ministério das Comunicações e do lado argentino, pelo Ministério do Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços e pela Comissão de Planejamento e Coordenação Estratégica do Plano Nacional de Telecomunicações Argentina Conectada.

PNBL - Nas negociações para o acordo, verificou-se que o Plano Nacional de Banda Larga do Brasil e o Plano Nacional de Telecomunicações Argentina Conectada são complementares e representantes dos dois países manifestaram interesse em compartilhar experiências e desenvolver estratégias conjuntas nas áreas de política de telecomunicações, interconexão e inclusão digital. O Plano prevê que os custos relacionados às suas atividades ficam a cargo de cada país.

O acordo pretente ainda promover o intercâmbio de experiências em áreas de interesse mútuo. Na implementação do Plano, prevê-se que cada parte designará a instituição coordenadora de cada país que ficarão responsáveis pela interlocução e convocação de encontros técnicos. Foram identificadas as seguintes áreas de cooperação:

- Interconexão – trocar experiências com planos de fibra ótica a cargo dos operadores nacionais de ambos os países com incumbência de desenvolver redes estatais; incorporar aos projetos regionais de integração física entre os dois países a implantação de dutos para a passagem de cabos e fibra ótica; coordenar esforços no projeto de transposição de cabo óptico do Oceano Atlântico; implementar Ponto de Troca de Tráfego na região da fronteira até 2013.
- Regulação – trocar informações em matéria de legislação, normas jurídicas e técnicas sobre espectro e padronização das comunicações nos dois países.
- Política Industrial – estabelecer associação estratégica na produção de equipamentos e trocar informações sobre programas e políticas na área industrial que visem tornar acessíveis aos cidadãos brasileiros e argentinos equipamentos de acesso à internet. Envidar esforços no sentido de interconectar a ARSAT e a TELEBRÁS, as duas estatais argentina e brasileira.
- Inclusão Digital – intercambio de experiências exitosas na área de inclusão digital nos dois países.
- Conteúdos Digitais Interativos – trocar experiências de plataformas e ferramentas na área de tecnologia da informação, além de, entre outros, desenvolver a produção conjunta de conteúdos digitais e interativos; instalar centros de armazenamento e processamento de dados como forma de internalizar o tráfego de dados em seus territórios.
- Concertação Política – Participar de forma coordenada nos fóruns internacionais sobre sociedade da informação, em especial nos temas relativos à governança na internet.
- Pesquisa - buscar coordenação entre as instituições de capacitação na área de telecomunicações e interconectar as redes de pesquisa e desenvolvimento.
- Financiamento – trabalhar coordenadamente na definição de mecanismos de financiamento e acesso a crédito para projetos estratégicos na área, sejam públicos ou privados.

Fonte: IDG Now!



JURISPRUDÊNCIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

Pellon RJ

Advogado: Leonardo Cuervo

EMBRATEL - VENDA POR TELEFONE - CANCELAMENTO - INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL

Apelação Cível nº. 0244564-63.2009.8.19.0001

APELANTE1: FININVEST NEGOCIOS DE VAREJO LTDA

APELANTE2: EMPRESA BRASILEIRA DE

TELECOMUNICAÇÕES S A

EMBRATEL

APELADO: LEILA ELIZABETH DE MARCO

REL.: Desembargador Fernando Fernandy Fernandes

EMENTA

Apelações cíveis. Ação de declaração de nulidade c/c indenização. Direito do consumidor. Venda de telefone por meio de cartão de crédito. Solicitação de cancelamento da compra. Autora que não logrou obter o resarcimento do débito em seu cartão de crédito após o desfazimento do negócio. Danos morais inexistentes. Mero aborrecimento tolerável incapaz de gerar ofensa à dignidade da parte. Súmula 75 dessa e. Corte de justiça. Sentença que se reforma somente para julgar improcedente o pedido de condenação por danos morais. Aplicação do art. 23 do CPC ante a sucumbência recíproca. Recursos aos quais se dá parcial provimento.

EMBRATEL - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO FALHA - INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL

Apelação Cível nº.: 0308952-72.2009.8.19.0001

Apelante 1: Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. Embratel

Apelante 2: Centro de Estudos Gasparetto Ltda. (recurso adesivo)

Apelados: Os mesmos

Telefonia. Falha na prestação do serviço. Pessoa jurídica. Ausência de danos morais. Primeira apelação provida, prejudicado o recurso adesivo.

1. A pessoa jurídica não tem sentimentos. Não sofre angústia, dor e tristeza.
2. Só sofre, portanto, danos morais, quando há ofensa à sua honra objetiva, ou seja, ao seu bom nome.
3. Em algumas circunstâncias, lícito é presumir que tal ofensa se dê, como no caso de protesto. Neste caso, o dano é *in re ipsa*.
4. Em outros, é necessária a comprovação.
5. No caso vertente, não se pode presumir que a demora no conserto do telefone tenha causado violação ao bom nome da apelante.
6. Tinha que comprová-los.
7. Sem tal prova, não tem guarida o pedido de compensação por danos morais.
8. Primeira apelação a que se dá provimento, dando-se por prejudicado o recurso adesivo.

EMBRATEL - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - FALHA - INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL

PROC. Nº: 01293161520108190001

AUTOR: MARTINHO DA SILVA CARVALHO JUNIOR
21º JEC CAPITAL

VOTO: "...Ora, a ação foi distribuída em 27 de abril de 2.010 e versa sobre o prejuízo material decorrente da mudança do ramal telefônico sem a instalação de serviço capaz de indicar a alteração do número aos clientes, ocorrida em maio de 2.008. Logo, além de não haver mínima prova do prejuízo, nem da dificuldade dos contatos com alguns clientes, tampouco de existência de cartões ou cartazes com a divulgação do ramal telefônico, o decurso do tempo depõe contra o direito do consumidor. O razoável seria o ajuizamento da ação para compelir a manutenção da mesma linha, ou o fornecimento do serviço de secretaria, ou, ao menos, alguma celeridade no ajuizamento da presente ação, considerando que dois anos já se passaram. E, mesmo se aceitando a hipótese de mera demora no ajuizamento da ação, o que é possível, caberia à parte, ao longo destes dois anos ter instruído sua inicial com prova substancial do prejuízo amargado neste período, ou ter produzido prova, mesmo que indiciária dos danos de ordem material sofridos, que pudesse justificar a condenação na obrigação de

indenizar por danos morais pelo vês punitivo. Logo, conheço do recurso e lhe dou provimento, para julgar improcedente o pedido indenizatório por danos morais. Custas e honorários de 10% sobre o valor da condenação, mas na forma do artigo 12 da Lei 1060/50. É como voto. LUCIANA GOMES DE PAIVA - JUÍZA RELATORA" ///Acórdão: M.<Sumula>Acordam os Juízes que integram a Turma Recursal dos JEC's, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento nos termos do voto do Exmo. Relator. Sem ônus sucumbenciais porque não verificada a hipótese prevista no artigo 55 caput da Lei 9099/95. "

EMBRATEL-COBRANÇA INDEVIDA-INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL

APELAÇÃO Nº 0030081-83.2009.8.19.0042

Apelante: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A
EMBRATEL

Apelada: LABORATÓRIOS BAFFI LTDA.

Origem: Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Petrópolis

DECISÃO

Apelação. Obrigação de fazer c/c reparação de dano moral. Cobrança de valores posteriores à resilição de contrato de prestação de serviços. Dano moral não configurado. Aplicação do Enunciado 47, da jurisprudência predominante do TJRJ, veiculada pelo Aviso nº 94, de 04.10.2010. Sucumbência recíproca. Provimento do recurso.

Pellon & Associados

A D V O C A C I A

www.pellon-associados.com.br
corporativo@pellon-associados.com.br

Matriz Rio de Janeiro

Rua Senador Dantas, 74 - 7º andar, Centro, Rio de Janeiro
RJ/Brasil - CEP: 20.031-201
Telefone: (55) (21) 3824-7800 Fax: (55) (21) 2240-6907

Filial Rio de Janeiro

Av. Treze de Maio, 33, 26º, 36º e 37º andares, Centro
Rio de Janeiro - RJ/Brasil - CEP: 20.231-000
Telefone: (55) (21) 3906-7800 Fax: (55) (21) 3906-7800

São Paulo

Av. Paulista, 453, 8º e 9º andares Edifício Olivetti -Centro
São Paulo - SP/Brasil - CEP: 01311-907
Telefone: (55) (11) 3371-7600 Fax: (55) (11) 3284-0116

Brasília

SAS, Quadra 3, Lote 2, Bloco C, Ed. Business Point,
Salas 1.106/08, 1213 e 1214 - Brasília
DF/Brasil - CEP: 70070-030
Telefone: (55) (61) 3321-4200 Fax: (55) (61) 3226-9642

Vitória

Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 675, Salas 1.110/17,
Enseada do Suá - ES/Brasil - CEP: 29050-912
Telefone: (55) (27) 3357-3500 Fax: (55) (27) 3357-3510

Recife

Edifício Empresarial Boa Vista Center
Av. Lins Petit, 320, salas 401 e 402 - Recife
PE/Brasil - CEP: 50071-230
Telefone: (55) (81) 3222-5054 Fax: (55) (81) 3222-5081

